

# PARA O ESTADO DA ARTE DA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS JORNALISTAS PORTUGUESES - QUATRO LIVROS SOBRE OS PROFISSIONAIS DO JORNALISMO

---

**JOSÉ LUÍS GARCIA**

INSTITUTO CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

## Resumo

Em conjunto com algumas outras, as obras que estão na base deste texto representam um importante movimento de investigação e edição no campo de pesquisa do jornalismo e dos jornalistas portugueses. De Joaquim Fidalgo, analisamos *O Jornalista em Construção* e *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*, onde são apresentados os contornos, especificidades da profissão, e o seu percurso histórico de afirmação. De Fernando Correia e Carla Baptista, estudamos *Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português 1956-68* e *Memórias Vivas do Jornalismo*, onde os autores avaliam o impacto das transformações sociais dos anos 1950-1960 no panorama dos media e nas experiências jornalísticas.

## Palavras-chave

Jornalistas; Jornalismo; Profissionalização; Ética; Identidade Profissional; Memória.

Em 1987 e 1988, dois estudiosos dos media e do jornalismo em Portugal, Mário Mesquita e José Manuel Paquete de Oliveira, faziam notar a escassez de pesquisa no campo de investigação dos jornalistas profissionais. Mário Mesquita, em *Comunicação/Indústria dos Media – Sistema Industrial Estratégico* (Lisboa, JNIC/FAST), de 1987, aludia à lacuna de dados disponíveis que constituíssem "pontos de referência" para o estudo deste domínio (Mesquita, 1987: 2). Paquete de Oliveira, em "Elementos para uma Sociologia dos jornalistas portugueses", um artigo pioneiro da abordagem sociológica dos jornalistas portugueses, publicado na *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8 dedicada aos "Jornalismos", e que integrava parte da sua investigação de doutoramento sobre as formas de censura oculta (um conceito cheio de pistas sugestivas para quem pretenda compreender em profundidade muitos dos desenvolvimentos que têm ocorrido na esfera dos media no Portugal do fim da primeira década do século XXI), realçava que se a ignorância era grande sobre a "a 'informação' em geral e a comunicação social em particular", a área em que este desconhecimento se revelava maior era aquela que dizia respeito aos profissionais do jornalismo. "Sabe-se pouco dos jornalistas", salientava Paquete de Oliveira em finais da década de 1980, chamando ainda a atenção para o facto de esta omissão não se observar apenas em Portugal (Oliveira, 1988: 47).

Volvidas mais de duas dezenas de anos, é forçoso reconhecer que o panorama de investigação sobre o jornalismo e os jornalistas em Portugal, sejam quais forem as insuficiências, é bastante diferente. Já não é destituído de sentido falar de algo como um campo de investigação em torno destes domínios, assim como da existência de um espólio razoável de teses académicas e estudos valiosos por parte de centros de investigação e universidades portuguesas, e ainda de debates em espaços como o dos Congressos regulares da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). E focalizando apenas o âmbito dos estudos sobre os jornalistas contamos hoje com diversas contribuições, como ensaios de cariz histórico, estudos baseados em inquéritos, abordagens sociológicas, publicações de natureza memorialista e outras que têm dado lugar à edição de artigos, livros e números temáticos de revistas. As obras que estão na base deste texto devotado a esboçar alguns dos mais relevantes elementos do estado da arte nesta área fazem parte desse esforço de pesquisa sobre o jornalismo e os jornalistas portugueses. De Joaquim Fidalgo, professor e investigador no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, analisamos *O Jornalista em Construção*, publicado em 2008, e *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*, de 2009, e de Fernando Correia e Carla Baptista, *Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português 1956-68*, de 2007, e *Memórias Vivas do Jornalismo*, de 2010. Fernando Correia é jornalista desde 1966, mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, professor associado convidado na licenciatura em Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e autor de outras obras sobre jornalismo. Carla Baptista é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – onde lecciona no Departamento de Ciências da Comunicação, e autora de vários artigos científicos na área dos media e do jornalismo.

Deve ser realçado que estas obras se enquadram num importante movimento de edição neste âmbito de pesquisa que, entre 2007 e 2010, deu também à estampa *Os Jornalistas Portugueses. Dos Problemas da Inserção aos Novos Dilemas Profissionais*, de Sara Meireles Graça (2007), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses, Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, livro editado pelo autor deste texto, e *Jornalismo em Liberdade* de João Figueira, ambos de 2009. Pode ainda ser referido o dossier "Perfil sociológico do jornalista português", organizado e apresentado por José Rebelo na revista *Trajectos*, em 2008. Há também que contar com a provável existência de teses académicas realizadas neste domínio de estudo e que não tenham tido oportunidade de publicação. Quanto a outros trabalhos dados a conhecer na última década neste âmbito merece a pena mencionar o estudo de Rosa Maria Sobreira, *Jornalistas Portugueses 1933-1974* (2003).

## O processo de formação do jornalismo como profissão

Os dois livros de Joaquim Fidalgo constituíram originalmente a sua tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, defendida na Universidade do Minho em Janeiro de 2007, e cujo título é *O Lugar da ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*. O primeiro livro, *O Jornalista em Construção* integra apenas a primeira parte da sua dissertação, enquanto o segundo, *O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, apresenta a parte mais substancial do seu trabalho. Na primeira obra, Fidalgo debruça-se sobre o processo de formação do jornalismo como profissão, focalizando sobretudo o período crucial entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Partindo do pressuposto de que a profissão "foi sendo o que quis ou pôde ser", mas também o efeito de tensões, equilíbrios, negociações com os diversos actores sociais com que interagiu, Fidalgo procura assimilar os contornos e as especificidades da profissão de jornalista, quer no tratamento que dela fazem os seus protagonistas, quer na apreciação feita pelo todo social em que se inscreve.

O livro é composto por dois capítulos: no primeiro, intitulado "Profissão, profissionalismo e profissionalização", o autor revisita as teorias ligadas à sociologia das profissões – por vezes alargadas ao estudo, mais dinâmico e menos estático, dos processos de profissionalização, bem como de uma "ideologia do profissionalismo" que lhe é subjacente. Aborda-se, por um lado, o modelo funcionalista, com tendência a caracterizar uma profissão segundo parâmetros de atributos categóricos, contemplando as profissões como um modelo "superior" e "completo", a que as restantes "ocupações" não conseguiriam alcançar; e, por outro lado, o modelo interaccionista, com origem na Escola de Chicago, que põe em relevo as profissões num quadro dinâmico, processual, e ressaltando não tanto as suas características peculiares, mas as condições concretas do seu exercício, a partir de interacções entre os actores sociais. Nesse sentido, as abordagens interaccionistas, na esteira de Hughes, tendem a enfatizar, numa perspectiva eminentemente relacional, os problemas com que qualquer actividade de trabalho se depara no seu processo de definição, autonomização e valorização, em detrimento da retórica profissional que confere às "profissões", e tão-somente a estas, uma aura nobre, prestigiada e desinteressada. Fidalgo aborda ainda as "novas teorias" das profissões, que encaram e estudam os profissionais sobretudo como actores colectivos do mundo económico que conseguiram o "fechamento social" da sua esfera de trabalho e estabelecer um monopólio de controlo das suas próprias actividades laborais, elevando desta forma o seu estatuto social e poder.

No segundo capítulo, denominado "Jornalistas: a história de construção de uma profissão", Fidalgo escrutina o percurso histórico realizado durante algumas décadas por aqueles que se empenharam em transformar o ofício de escrever em jornais numa verdadeira profissão – reconhecida e legitimada como tal –, não obstante as recorrentes ambiguidades, controvérsias e dificuldades em torno deste conceito. Neste âmbito, pondera ainda o

"princípio da diferenciação", indissociável da constituição do grupo profissional dos jornalistas, e que pode ser definido como a delimitação de um território próprio, distinto do de outras actividades que "faziam" o jornal, processo esse que se desenvolveu sobremaneira "pela negativa", excluindo mais do que incluindo e remetendo menos para aquilo que o jornalismo era e mais para o que ele não era.

Fidalgo leva em consideração o hiato entre o "ser" e o "querer existir" como profissão, desde as origens da actividade, antes do aparecimento da imprensa industrial, onde o jornalismo era um ofício ainda em busca de uma definição, e até negligenciada. Porventura pobre na sua técnica, decerto artesanal na sua produção e difusão, tributária de poderes e negócios diversos, esta actividade testemunhava já uma "necessidade e vontade de comunicar e de saber", para retomar os termos de Mathien. Após esta fase preambular, em que o jornalismo se perfila como território aberto, com um grupo de praticantes pouco numeroso e bastante heterogéneo, passa-se, sensivelmente a partir de meados do século XIX e até à primeira década do século XX, a um segundo momento marcante. É quando o jornalismo se constitui, no fundamental, como profissão, e os jornalistas se empenham em afirmar-se como grupo profissional. Assiste-se nesta fase ao surgimento da imprensa de massas, à criação de jornais populares de larga expansão e baixo custo, razão pela qual se pode dizer que este novo modelo constitui, a um tempo, causa e consequência de importantes mudanças – nos planos político, económico, tecnológico, cultural. Para além do seu valor de conhecimento, as notícias passam a ter um interesse comercial e a ser encaradas e transaccionadas como se fossem mercadorias, alargando o seu leque de difusão muito para além das elites intelectuais e políticas. Refira-se que a industrialização da imprensa, que se desenvolve nesta segunda metade do século XIX, corre em paralelo com a profissionalização do jornalismo. Ao enorme salto quantitativo da imprensa, que desemboca na criação de toda uma indústria de jornais, e que, concomitantemente, cria um mercado de trabalho para a actividade jornalística, acrescentam-se outras alterações relevantes, que vão definir e modelar o jornalismo moderno, tornando-o em ofício autónomo, valorizado e reconhecido, e também significativamente mais próximo de uma legitimação social e jurídica.

Posteriormente, Fidalgo debruça-se sobre o problema do estatuto para os jornalistas. Será no intervalo que medeia entre as duas guerras mundiais que se vão reivindicar, criar e solidificar as estruturas e instrumentos capitais da profissão: estatuto legal, carteira profissional, escolas, sindicatos, códigos de deontologia, mecanismos de acesso e de controlo. Estes instrumentos facultaram, simultaneamente, ao grupo profissional dos jornalistas meios de controlo e gestão do seu mercado específico de trabalho, permitindo concretizar o "fechamento da fronteira jornalística", no cabo de um "processo de estruturação e de controlo do território", (palavras que Fidalgo retoma de Denis Ruellan), traçando uma linha separadora entre os profissionais "legítimos" e os "ilegítimos" (detentores e não detentores da carteira profissional), embora não tenha impedido que muitos não-encartados con-

tinuassem a ser presença regular nas páginas dos jornais. Fidalgo não descarta também os problemas do pós-guerra, pois os progressos evidenciados na viragem do século XIX para o século XX, e sobretudo nas primeiras décadas de noventa, quer quanto ao desenho de um jornalismo informativo moderno, quer quanto à crescente afirmação dos jornalistas como grupo profissional definido, autónomo, e reconhecido, acabaram por se confrontar com novas e complexas circunstâncias. O ambiente de optimismo e de crença no desenvolvimento político, económico e cultural, induzido pelo tipo de universo social que Fidalgo – a partir de Schudson – designa como "sociedade democrática de mercado" (uma noção que merece maior problematização), sofreu uma forte erosão devido a diversas situações dramáticas que abalaram a fé na ideia de progresso na história. Entre essas situações encontram-se a 1ª Guerra Mundial, que flagelou o espaço europeu, a "Grande Depressão" de 1929, que acarretou uma onda de cepticismo à euforia americana, a ascensão do nazismo e do fascismo, que fez estremecer as convicções quanto ao apego da humanidade à democracia; a construção de um novo bloco político sob a alçada da União Soviética que negligenciava a questão fundamental da(s) liberdade(s) dos cidadãos, e a 2ª Guerra Mundial, que levou à configuração de um novo mundo mais dividido e mais descrente quanto ao futuro. Todas estas circunstâncias influenciaram os modos de entender os meios de comunicação de massas e o trabalho específico dos jornalistas. O sistemático recurso a acções de propaganda e de "gestão controlada" da informação, de uso incipiente na Grande Guerra de 1914-1918, mas que explodiu massivamente na Segunda Guerra Mundial, traria a debate público a questão da manipulação e da instrumentalização da informação.

É neste novo contexto que acabou por ser seriamente minada a "fé nos factos", quer por se entender que podiam ser seleccionados e manipulados com propósitos bem definidos, como resultou claro nas acções de propaganda em tempo de guerra, quer por se passar a propugnar que "não há factos, mas interpretações", noção que se podia combinar com os intentos persuasivos das relações públicas. Esta situação afectou severamente o mundo do jornalismo, que começou a ser contemplado com distância acrescida. É aqui que entronca o ideal da objectividade jornalística, problemática historicamente complexa de considerar nos seus diversos aspectos, vinda da fase industrial da imprensa e da sua estratégia comercial, mas devedora igualmente da epistemologia positivista. Fidalgo concentra a sua atenção no impulso que trouxe à defesa de uma maior profissionalização dos jornalistas, nas décadas de 1920 e 1930, e que passaria pela sua formação inicial e contínua, de modo a preparar os jornalistas para o exercício de um ofício que se via agora ser mais complexo do que antes se imaginara, e que era essencial abordar de modo mais "científico", sob pena de continuar a erosão da sua credibilidade. Terá sido assim que o ideal de objectividade se transmutou em doutrina e passou a estar codificado entre as obrigações dos profissionais do jornalismo nos princípios deontológicos anglo-americanos até ao momento em que deixou de ser possível ignorar que os seres humanos vivem num

mundo de significados e que ninguém confronta directamente um mundo de factos sólidos, ainda que sob o preço duvidoso da sua perda como "atitude", "intenção" ou "conduta".

Por fim, Fidalgo avalia as novas tecnologias e o alargamento do "campo", com particular ênfase para os novos problemas éticos e deontológicos – corolário de um cada vez mais reclamado imperativo de responsabilização perante a sociedade em nome de quem, e para quem, se trabalha. Na sua óptica, a especificidade do trabalho dos profissionais de informação poderá futuramente estar menos associada à revelação de notícias e mais à interpretação, enquadramento e contextualização das mesmas, bem como a um novo serviço de sinalização e certificação dessas notícias, que permita ao público orientar-se num ambiente cada vez mais inundado de fluxos informativos de todas as proveniências, e onde será fundamental discernir o essencial do acessório para fazer um percurso autónomo mais crítico.

A tendência que a narrativa que Fidalgo apresenta é, sem dúvida, apropriada para problematizar o estabelecimento do jornalismo como profissão. Entretanto, outras podem também ser pertinentes para além das que se articulam mais directamente com as dinâmicas dos próprios actores do jornalismo e que prenderam largamente a sua atenção. A este respeito, parece-nos importante salientar que, na formação e no desenvolvimento da profissão de jornalista, podem ser ponderadas condicionantes relativas ao plano das estruturas de poder económico e político. As estratégias da indústria dos media e das comunicações, as inter-relações entre os media e as indústrias de comunicação, os mecanismos de propriedade e de controlo das organizações específicas dos meios de comunicação, as tendências da comercialização, integração e diversificação, as orientações do Estado, entre outros factores da chamada economia política da comunicação, têm tido uma repercussão inegável nos rumos do jornalismo e na sua afirmação como profissão.

### **O vínculo moral do jornalismo com a sociedade**

Uma vez desenhado o enquadramento teórico do estudo das profissões e traçado um percurso histórico da afirmação do ofício do jornalismo, pretendia-se, de seguida, analisar mais aprofundadamente os principais atributos associados ao jornalismo. E é aqui que tem início o segundo livro, *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Neste são analisados os elementos que, de acordo com o ideal-tipo das profissões liberais, são associados às profissões reconhecidas como tais, enfatizando as questões da ética e da deontologia profissional. Esses elementos, na sua perspectiva, vêm-se afirmando progressivamente como elemento constitutivo e diferenciador da profissão de jornalista, pois o jornalismo perdeu um certo monopólio da pesquisa, recolha, tratamento, elaboração e difusão da informação no espaço público, partilhando-a hoje

com uma multiplicidade de actores e de procedimentos que se regem pelas mais variadas motivações, interesses e propósitos. Complementarmente, defende-se que esta exigência ética e deontológica seja seriamente assumida pelos profissionais jornalistas, designadamente através de mecanismos auto-reguladores, de modo a conciliar o direito inalienável da liberdade de expressão ao não menos fundamental direito à informação, uma informação séria, completa, rigorosa, transparente e que respeite todas as partes envolvidas.

Este livro é constituído por quatro capítulos. Primeiramente, o autor procura demonstrar que o desenvolvimento de um projecto profissional levou o colectivo dos jornalistas a confrontar-se com o arquétipo dos atributos implicados no conceito de profissionalismo. No domínio valorativo, aborda-se a questão do associativismo dos jornalistas (que, segundo Fidalgo, contribuiu para a criação de um "espírito de corpo" de que careciam) e vê-se como aí se têm vindo a manifestar as hesitações e ambiguidades de um grupo profissional dividido entre um vasto leque de pertenças possíveis, designadamente, entre o de profissionais à maneira liberal ou o de trabalhadores assalariados. No domínio cognitivo, analisa-se com algum detalhe a questão particularmente sensível dos saberes próprios do jornalismo – e em especial, das exigências associadas a um saber profissional que é saber de acção e que, como tal, vai para além das dicotomias teoria/prática ou pensar/fazer, traduzindo-se num modelo de competência que contempla os conhecimentos formais, as técnicas, mas não exclui saberes relacionais, comportamentos, atitudes e uma postura ética. Citando Fidalgo, "um teórico-prático 'saber', alargado a 'saber-que-fazer', 'saber-fazer' e 'saber-ser'". No domínio normativo, aborda-se, num primeiro momento, a questão da responsabilidade dos jornalistas, inerente às características próprias do trabalho informativo sobre a actualidade, de indubitável relevo para a vida dos cidadãos, e, num segundo momento, a exigência ética e deontológica que cada vez mais se vai percebendo como ingrediente nuclear, constitutivo da identidade desta profissão, numa altura em que a questão fulcral se coloca em saber quais são os elementos fronteiriços que diferenciam o jornalismo de outras modalidades de tratamento e difusão de informação, ou de comunicação, no espaço público contemporâneo. Trata-se, pois, de uma dimensão que tem sido particularmente desafiada tanto pelos novos actores do espaço público mediático, como até pelos jornalistas "clássicos" entretanto submetidos aos constrangimentos próprios dos novos media. E por isso, se a questão ética se revelou central desde os inícios da profissão, é-o porventura cada vez mais no contexto das condições actuais turbulentas e incertas.

O segundo capítulo é integralmente dedicado à temática da questão ética e deontológica. Centra a sua análise, mais especificamente, numa conceptualização da ética, da moral e da deontologia. Retomando a versão de Giroux, Fidalgo concebe a moral como algo que impõe as regras que ajudam a distinguir o bem do mal, enquanto a ética propõe um modo de viver alicerçado em valores, os quais subjazem às prescrições da primeira. A deontologia, por sua vez, é descrita como um conjunto de deveres (para além dos legais) e

regras de conduta que a si mesmos se impõem os profissionais de um determinado sector profissional. Partindo destes pressupostos, o autor acentua a precedência dos valores sobre as normas, e mais concretamente, no caso do jornalismo, a precedência da ética sobre a deontologia (são os valores que fundamentam e questionam as normas), insistindo na importância do domínio dos fundamentos de uma conduta moralmente desejável para a boa capacidade de juízo ético em termos racionais, conscientes e críticos. Não negligencia, porém, o papel que tem e deve ter a deontologia, sobretudo no contexto da "contratualização" entre os jornalistas e a sociedade a quem servem, e que, abrindo caminho à necessária responsabilização daqueles, é condição do seu processo de reconhecimento e de legitimação perante esta. Evocam-se também as grandes controvérsias e são passadas em revista as principais correntes e subcorrentes que dominam os debates contemporâneos em torno da ética: as deontológicas, as teleológicas, as utilitaristas, as contratualistas, a "ética das virtudes", a "ética do discurso", as mais recentes "ética social" e "ética dos afectos". As transformações que actualmente ocorrem no campo mediático e nos campos que lhe são adjacentes, diz o autor, contribuem para uma redefinição de funções e do próprio papel dos jornalistas, adquirindo as questões éticas uma centralidade ainda maior no seu processo de afirmação e consolidação de uma mais clara identidade profissional.

Assumindo o binómio liberdade-responsabilidade que atravessa toda a actividade dos media, bem como a permanente e multifacetada articulação com a sociedade que visam servir, o terceiro capítulo, por sua vez, distingue entre a necessidade de definição de uma conduta moralmente apropriada (*responsibility*) e a subsequente obrigação de a executar, simultaneamente prestando contas pelas suas decisões, procedimentos, resultados e consequências (*accountability*). No que concerne à primeira, procura-se realçar a responsabilidade dos media decorrente da própria ideia de vivência democrática de uma sociedade. No que toca à segunda, atesta-se a necessidade de o jornalista prestar contas ao público – na medida em que é precisamente no direito do público à informação que o jornalismo encontra a sua razão de ser e a sua legitimidade. Esta exigência de prestação de contas coloca-se ao nível da regulação e da lei, ao nível do mercado, da responsabilidade pública e da responsabilidade profissional, e remete sistematicamente para a necessidade de procurar o ponto de equilíbrio justo entre a máxima liberdade da comunicação pública e a máxima responsabilidade. São aqui diferenciados os processos mais coercivos e ligados a imposições ou sanções externas face aos mais voluntários e com origem na iniciativa pessoal, grupal ou organizacional. São ainda diferenciadas as iniciativas mais preocupadas com a reparação dos eventuais danos causados pelos media (numa lógica associada à da "liberdade negativa") e as iniciativas empenhadas em garantir e melhorar a qualidade do serviço prestado por esses media (numa lógica associada à da "liberdade positiva"). Essencialmente, procura-se retratar a exigência de prestação de contas, concretizada em formas múltiplas de regulação externa ou interna aos media, não como contrária à sua

acção livre numa sociedade democrática mas como condição de preservação e valorização dessa mesma liberdade.

Procura depois responder a uma questão capital: "De que se fala quando se fala de regulação?". Relevando a importância de dar corpo à responsabilidade assumida sem que esta, contudo, vá de encontro à necessária liberdade que é a pedra angular do jornalismo e da democracia, enumera as vantagens da auto-regulação, feita pelos próprios pares, embora voluntariamente alargada também a alguma participação pública, insistindo-se na importância de que ela seja consequente, genuína e eficaz. É esta uma posição que se defende como modo de obviar a tentações de um maior intervencionismo externo, que existem e podem redundar em situações de algum isolamento corporativo, mas sobretudo porque parece ser o modo mais correcto de exercer responsabilmente a liberdade de expressão e de, assim, estar nas melhores condições de servir o seu direito a uma informação livre, rigorosa e eticamente conduzida.

Refira-se, a este propósito, que a componente empírica da tese de doutoramento do autor (aqui correspondente ao quarto e último capítulo da obra) se inclina sobre o Provedor do Leitor (o *news ombudsman*), um dos meios postos em prática para concretizar esta vontade auto-reguladora da actividade jornalística, vocacionada essencialmente para aproximar mais os media dos seus públicos e estes daqueles. O Provedor exerce, portanto, um papel de mediador que ocorre a dois níveis: por um lado, como uma instância permanente, aberta e acessível, de atendimento e avaliação das queixas do público; por outro lado, estabelece uma via fácil e constante de diálogo entre o meio e o seu público, "fomentando a participação deste e o conhecimento e a comunicação entre ambos", de acordo com os termos de Aznar. A par do seu indubitável poder de influência, de um poder de enquadramento social da actividade dos media, e de um poder simbólico, decorrente do facto de um trabalhador de um jornal poder criticar esse mesmo jornal nas suas próprias páginas – sem esquecer os aspectos correctivos, persuasivos e dissuasivos – destaca-se ainda a faceta pedagógica, que provém da circunstância de todos os provedores, em maior ou menor grau, "[explicarem] aos leitores os mecanismos de produção jornalística, desde a selecção de notícias à relação com as 'fontes'", palavras de Mesquita citadas por Fidalgo. O autor descreve ainda o provedor como sendo uma "instância preocupada em tornar mais transparente e compreensível o exercício do jornalismo nas suas condições concretas de hoje, e empenhada em discutir, assumir e corrigir os erros ou insuficiências do trabalho informativo nos órgãos de comunicação que, livre e voluntariamente, se dispõem a tal". Todavia, não se abstém de o ver como "um poder com espinhos", que lida com uma situação nem sempre fácil, repartido que pode estar entre duas lealdades e, por outro lado, bastante limitado (por razões de estatuto) nas possibilidades de operar mudanças efectivas no local onde trabalha. De igual modo, este mecanismo auto-regulador, embora livre e voluntário, confronta-se não raras vezes com alguns vícios atávicos da "corporação"

jornalística, frequentemente arrogante, fechada sobre si e mais propensa a pedir contas a terceiros do que a prestar as suas próprias.

Grosso modo, a conclusão genérica que se pode retirar é a de que o esforço de profissionalização dos jornalistas tem sido um processo complexo, não linear, pautado por uma série de avanços e recuos, de tensões e negociações permanentes. Assim, mais importante do que saber se o jornalismo é ou não é uma profissão, é porventura a questão de compreender que tipo de profissão é o jornalismo ou, acima de tudo, como escreve Fidalgo, "como é que o jornalismo foi/vai tentando fazer-se como profissão e os jornalistas foram/vão tentando fazer-se como profissionais".

Tal como se disse relativamente ao primeiro livro, pode novamente ser enfatizado que os caminhos de legitimação dos jornalistas implicam tanto factores "internos" à dinâmica profissional (e que ocuparam sobremaneira Fidalgo, tais como a base cognitiva, a afirmação de valores e normas, o estabelecimento de fronteiras com outras profissões, etc), como factores "externos" ligados às estruturas de poder económico e seus vínculos com a esfera política. Neste âmbito, importa sempre considerar que um sistema de informação politicamente livre não decorre directamente do jogo espontâneo das forças de mercado, da mesma maneira que a democracia política não decorre simplesmente da presença de uma economia de mercado pujante. Na verdade, muitos desenvolvimentos da economia moderna parecem ser mais propensos a certas formas de autoritarismo do que de democracia. As estratégias empresariais e as políticas de comunicação conformam largamente os sistemas mediáticos e estes condicionam o exercício do jornalismo, o grau de autonomia da profissão e os próprios processos de profissionalização, com consequências para a qualidade da informação, do jornalismo e para a existência de uma esfera pública plural, participativa e democrática.

### **As metamorfoses nos media na década de 1960 e a profissão de jornalista em Portugal**

Em *Jornalistas – do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português e Memórias Vivas do Jornalismo*, de Fernando Correia e Carla Baptista, estudam-se as mudanças nos modos de pensar, sentir e fazer jornalismo introduzidas em Portugal entre os finais da década de 1950 e durante os anos de 1960. São dois livros, o primeiro de pesquisa histórica-social, o segundo de cunho memorialístico, que no fundo constituem também uma só investigação. Neste trabalho, os autores são conduzidos pela hipótese segundo a qual as transformações sociais dos anos que analisam tiveram consequências no panorama dos media e nas experiências jornalísticas então vividas. Mais concretamente, os autores argumentam que aquele período tem características especiais na história do jornalismo durante o Estado Novo, merecendo ser considerado uma fase autónoma, a que os autores

chamam "os anos 60". Se o ângulo de análise do trabalho de Joaquim Fidalgo foca o papel dos jornalistas como constituintes da sua própria profissão e profissionalidade, já a investigação de Fernando Correia e Carla Baptista enfatiza o contexto social como elemento gerador dos caminhos da profissionalização do jornalismo.

Para os autores, a história do jornalismo português foi fortemente marcada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, e pela consolidação da ditadura em 1933, com a promulgação da Constituição salazarista que, no fundo, a legalizou, instituiu as bases do que viria a ser o Estado Novo e pôs termo às liberdades democráticas, incluindo a liberdade de imprensa. A razão mais directa e o aspecto mais visível deste longo e penoso período do jornalismo em Portugal foi a instauração e a acção da censura. Esta constituiu um decisivo factor de travagem ao desenvolvimento da imprensa e do jornalismo, à afirmação da autonomia jornalística e ao processo de construção do profissionalismo jornalístico, de resto – é bom lembrar – sempre enormemente condicionados. Mas o regime, da qual ela foi expressão e instrumento, também anulou as liberdades de associação, reunião e manifestação, vigiou e reprimiu a criação e a vida cultural e artística, criou uma polícia política que amedrontou a população e prendeu e torturou muitos daqueles que se lhe opuseram.

Durante os primeiros anos da década de 1950, os jornais diários portugueses viviam, essencialmente, da pequena notícia, verificando-se nas suas páginas uma notória escassez de reportagem, da entrevista, da investigação. Este jornalismo noticiarista resultava de vários factores, nomeadamente uma Censura atenta e exercida em múltiplas frentes, ausência de renovação e de espírito de iniciativa das empresas, proprietários "tradicionais" (a "empresa familiar") acomodados a uma rotina defensiva semelhante à do poder político, falta de preparação (académica e profissional) de muitos jornalistas e conformismo ou isolamento de outros. No limiar dos anos de 1960, factores internos e externos ao campo jornalístico, nacionais e internacionais, terão criado o clima propício a alterações que conseguiram quebrar a rotina e introduzir, progressivamente, uma nova dinâmica jornalística – e também empresarial e comercial.

Como baliza desse novo período do jornalismo – tão *novo* quanto possível, no quadro de um regime autoritário e repressivo – figura o aparecimento do *Diário Ilustrado*, em 1956, projecto que se extinguiria sem glória ao fim de meia dúzia de anos, mas que procurava ser inovador na hora de saída, com um grafismo mais leve e atractivo e com uma assumida irreverência jornalística ao nível das abordagens e da escrita. Por esta razão, constituiu, segundo Correia e Baptista, um marco (simbólico, mas não só) que assinala o início de um período, que se prolongará até ao fim da década de 1960, altura em que razões tanto externas como internas ao campo dos media levaram à passagem para o que os autores defendem ter sido uma nova etapa na história do jornalismo português. A substituição de Salazar por Marcelo Caetano, pelos efeitos que teve neste campo, funciona como facto emblemático desse novo período. Foi com a subida de Marcelo Caetano que se constituiu

– ou, pelo menos, ganhou consistência – em Portugal um autêntico campo mediático, progressivamente fortalecido à medida que a TV aumentou a sua influência, os tempos de emissão e a variedade de programação; que a rádio assumiu uma função informativa central e que a imprensa clarificou as suas tradicionais funções de informação e formação (para além de entretenimento) da opinião pública.

O fim do Exame Prévio (sucedâneo nominal da Censura), que só ocorreu depois do 25 de Abril de 1974, não coincide, portanto, em sentido absoluto, com o início da emancipação jornalística. Neste trabalho, situa-se o arranque desse processo, lento, descontínuo e progressivo, logo em meados da década de 1950, com clara acentuação durante os anos de 1960. Os sinais de enfraquecimento do regime, a orientação mais aberta de Marcelo Caetano, as transformações sociais e culturais na sociedade portuguesa e as consequências na imprensa das estratégias de aumento do poder e de concorrência dos grupos económicos, contribuíram, já nos anos de 1970, para permitir a formação de uma opinião pública relativamente amadurecida e diversificada (ainda que muito minoritária) que dialecticamente se relacionava e se espelhava em jornais com identidades próprias e, em alguns casos, inconfundíveis.

Hoje, na óptica dos autores, os jornalistas, cada vez mais no centro de polémicas, expostos quer aos protagonismos e aos êxitos fáceis quer às críticas e às condenações sumárias, continuam desconhecidos, tanto do grande público como dos que, com direito a coluna no jornal ou tempo de antena na rádio e na televisão, não enjeitam oportunidades para, sobre os media e os que neles trabalham, assinar opiniões definitivas. Pior do que isso, continuam desconhecidos deles próprios, embora os jornalistas devessem ser os mais profundamente interessados em que assim não fosse, num tempo marcado por profundas transformações a todos os níveis do exercício da profissão em que é patente uma crise de identidade e uma alteração de modelos: o jornalismo já não é o que era, mas ainda não sabe para onde caminha e qual vai ser o seu futuro. Por isso, neste contexto, afigura-se de indiscutível importância olhar para a história do jornalismo e dos media, recuperar a memória do jornalismo, procurar no conhecimento do passado as raízes que permitiram e condicionaram a construção da profissão e ajudam a entender melhor o seu perfil identitário, traduzido nas formas de o pensar e praticar.

Em coerência com estas ideias, em *Memórias Vivas do Jornalismo*, reproduzem-se 17 entrevistas de jornalistas das décadas de 1940, 1950 e 1960, em que o testemunho oral faz aparecer alguns dos principais trajectos e molduras históricas da profissão de jornalista em Portugal. Correia e Baptista reproduzem entrevistas de Abílio Marques Pinto, Acácio Barradas, Afonso Serra, Daniel Ricardo, Edite Soeiro, Eduardo Gageiro, Fialho de Oliveira, Homero Serpa, João Coito, Joaquim Letria, José Carlos Vasconcelos, Manuela de Azevedo, Maria Antónia Palla, Mário Ventura Henriques, Pedro Foyos, Roby Amorim e Urbano Tavares Rodrigues. Os autores foram movidos pela convicção de que os depoimentos recolhidos têm a

capacidade de "devolver as cores, os cheiros, os ambientes, as ferramentas, as motivações, os constrangimentos, as personagens e as histórias que povoaram as redacções" do jornalismo português entre finais de 1950 e inícios de 1970. Estes relatos orais, não obstante a sua diversidade, espelham percursos profissionais diversos e permitem induzir uma perspectiva geral. Os autores referem mudanças na percepção sobre o que era e para onde devia ir o jornalismo que tanto traduzem como contradizem o contexto histórico em que ocorreram.

O género memorialista não tem tido a expressão que merece em Portugal, e o jornalismo não é excepção. Dos séculos XIX e primeiro terço do século XX encontram-se alguns relatos escritos de personalidades que trabalhavam, colaboravam ou estavam relacionados com os jornais, o que mais tarde começaria a rarear, devido à Censura e com o aumento da velocidade de transmissão de informação, a especialização e a tecnologia que permite arquivar toda a espécie de conteúdos. O livro de Fernando Correia e Carla Baptista, embora "longe de ser um levantamento exaustivo", encerra um extenso manancial de informação, assumindo-se ainda como contributo para conhecer aqueles que durante décadas, em peças assinadas ou sob anonimato, se destacaram nos principais diários do país. Entretanto, o género memorialista nos jornalistas reforçou-se um pouco como tendência através de uma outra publicação recente onde se editam entrevistas a um conjunto muito relevante de profissionais, a maioria dos quais de gerações distintas às do livro de Fernando Correia e Carla Baptista. Permita-se-nos aqui um parêntese para mencionar a obra *Jornalismo em Liberdade*, de João Figueira, professor de Comunicação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e ex-jornalista do *Diário de Notícias*, que recolhe, entre Março e Junho de 2009, os testemunhos de Francisco Sena Santos, Joaquim Letria (já entrevistado também por Correia e Baptista), Vicente Jorge Silva, Emídio Rangel, Maria Elisa e do designer gráfico Henrique Cayatte, personalidades que, à sua medida e dimensão e também em tempos diferentes, alteraram, na opinião de Figueira, a forma de fazer informação em Portugal. O livro apresenta-se como resultado da união entre a investigação e os universos académico e jornalístico no que respeita ao lugar e ao impacto da memória e da história do jornalismo contemporâneo.

*Memórias Vivas do Jornalismo* revela aspectos pouco comuns na investigação sobre o jornalismo em Portugal que permitem responder a questões como: quais eram os modos dominantes de recrutamento de jornalistas? Na ausência de escolas de jornalismo, como é que se aprendia a profissão e como se progredia na carreira? Que convenções de escrita jornalística estavam em vigor? Quais eram as tecnologias usadas? Quais os estímulos, os prémios e castigos operativos na regulação das relações profissionais? Como se estruturavam as redacções em termos de hierarquias, secções e serviços? Que tarefas estavam distribuídas às diferentes categorias profissionais existentes (estagiário, repórter-informador, repórter, redactor, chefe de redacção)?

Uma das características mais curiosas da imprensa diária portuguesa durante a década de 1960 é a sua diversidade, apesar da uniformidade imposta pela censura sobre os temas

abordados. Havia jornais para várias sensibilidades políticas, graus de literacia e expectativas. Ainda na década de 1950, e principalmente na seguinte, registaram-se mudanças de peculiar impacto (sobretudo nos vespertinos *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*) no que concerne a política de recrutamento de jornalistas. Contrariando as velhas lógicas dos conhecimentos e recomendações pessoais, foi organizado um curso de iniciação jornalística com vista a contratar novos profissionais. O perfil dos candidatos escolhidos apontava nitidamente para um desejo de rejuvenescimento dos quadros: eram todos muito jovens, licenciados ou com frequência universitária – característica pouco habitual nas redacções deste tempo. Em 1968, o *Popular* procedeu a um concurso destinado a mulheres – cujo número na imprensa lisboeta era extremamente diminuto – tendo seleccionado três para ingressar na redacção. Foram ainda adoptados hábitos importados da prática de jornais estrangeiros. Do ponto de vista editorial, o jornal reforçou a sua vocação popular, valorizando os títulos apelativos e a componente fotográfica (e gráfica em geral), fazendo mais reportagens sobre os *fait-divers* da cidade e focando temas sociais de grande impacto, embora evitando a conotação política. O sucesso desta estratégia acarretou notórios benefícios financeiros e a empresa tornou-se suficientemente sólida para aumentar os salários dos jornalistas, o que fez com que a profissão se tornasse mais atractiva. Além disso, pagando melhor, os jornais estimulavam a dedicação exclusiva à profissão, o que também aumentou o sentimento da luta pela notícia, da conquista do prestígio interno que levava à atribuição dos trabalhos mais desejados.

As transformações no congénere *Diário de Lisboa* revestiram-se em parte de outras características e ficaram a dever-se essencialmente à confluência, nos anos de 1960, de um conjunto de jovens jornalistas que encontrou um ambiente de trabalho muito liberal, quase boémio e artístico, favorável a rasgos literários, à prosa inspirada, às distinções autorais dos textos, muitos deles assinados, em contraste com a prática generalizada nos outros jornais. A este respeito, digno de realce é também o vespertino *República*, o único que claramente se opunha ao regime. Contudo, à medida que desaparecia a sua base histórica de apoio – os republicanos – diminuía a sua já reduzida implantação. Merece ainda menção o jornalismo de desporto que, nestes anos, nomeadamente devido ao trabalho desenvolvido no trissemanário *A Bola*, se transforma e moderniza, acentuando a vertente de opinião e de comentário sem perder a missão informativa.

São as histórias destes jornais que, experienciadas pelos jornalistas entrevistados, dão *viva voz* ao contexto social, económico e político da década de 60 e ao jornalismo que então se praticou. Embora sem real renovação política, a sociedade portuguesa conheceu nesta altura uma certa dinâmica de mudança muito interligada ao campo jornalístico. Além dos jornais, também as revistas desempenharam um papel decisivo na criação de novos públicos, na introdução de formas gráficas modernas, na exploração do género da reportagem e de áreas temáticas enquadradas segundo ângulos novos (como os temas so-

ciais suportados por uma leitura sociológica ou as artes inseridas numa discussão teórica relativamente sofisticada). *A Flama*, o *Século Ilustrado* e a *Vida Mundial*, remodeladas ou melhoradas na década de 1960, participaram deste movimento de modernização, podendo dizer-se que, em certa medida, introduziram em Portugal o conceito de *newsmagazine*.

É determinante salientar que a identidade própria deste período se revela igualmente através de dois outros factores de relevo, um deles de natureza tecnológica, e o outro de natureza sociológica. Por um lado, no fim dos anos de 1950, começaram a generalizar-se ou surgem pela primeira vez nas salas de redacção o telefone e a máquina de escrever, o telex, o fax e o gravador portátil; ao mesmo tempo (e antecipando um movimento que se iria acentuar mais tarde, a partir da década de 1980), vão entrando para a profissão jovens, incluindo mulheres, vindos das universidades e imbuídos de conhecimentos e de um novo espírito que alteram a antiga cultura profissional. Por outro lado, em finais de 1960, com os primeiros passos do *offset* e as suas consequências quer na fase da composição, paginação e impressão, quer a montante de toda a cadeia de produção, inicia-se, ainda que timidamente, uma viragem radical no modo de fazer jornais, nomeadamente com o desaparecimento dos revisores e dos vários ofícios tipográficos.

Os anos 1956-1968 constituem, na óptica dos autores, um período singular na história do jornalismo, não só pelas transformações já enumeradas, mas também pelo facto de ter sido nesses anos que surgiram, ou adquiriram uma dimensão realmente jornalística, os dois outros media que viriam a marcar o século XIX: a rádio e a televisão. É a convergência neste curto espaço de tempo das transformações ocorridas na imprensa, na rádio, e na televisão que permite a Correia e Baptista concluir da importância daquele período para a história do jornalismo e dos jornalistas portugueses. Compreendendo-se o alcance deste argumento, não pode deixar de ser observado que em Portugal só se pode falar de uma esfera livre, plural, alargada e razoavelmente desenvolvida de informação jornalística, com todas as consequências que tal significa para a profissão de jornalista, a partir do contexto democrático impulsionado pela transição iniciada em 25 de Abril de 1974. O jornalismo implica o regime de liberdade e democracia política como condições para o seu pleno exercício.

As obras que concentraram a nossa atenção são um contributo extremamente valioso para o campo de estudo dos jornalistas portugueses e falam-nos sobretudo da história de uma profissão da qual depende, pelo menos em parte, a sorte da democracia política. É uma profissão que tem como missão contribuir para gerar um universo informativo capaz de orientar os cidadãos para fazerem as suas escolhas políticas numa esfera pública livre, participada e democrática. As condições que minam o exercício desta missão, sejam de pressão autoritária estatal, sejam de pressão comercial-empresarial, sejam até de menor vigilância interna à profissão relativamente aos valores que a devem nortear, ao enfraquecer o jornalismo esvaziam a democracia.

## BIBLIOGRAFIA

Correia, Fernando e Carla Baptista (2007), *Jornalistas – do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português*, Lisboa: Editorial Caminho.

Correia, Fernando e Carla Baptista (2010), *Memórias Vivas do Jornalismo*, Lisboa: Editorial Caminho.

Fidalgo, Joaquim (2008), *O Jornalista em Construção*, Porto: Porto Editora.

Fidalgo, Joaquim (2009), *O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Figueira, João (2009), *Jornalismo em Liberdade*, Coimbra: Almedina Editora.

Garcia, José Luís (2009), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Graça, Sara Meireles (2007), *Os Jornalistas Portugueses. Dos Problemas da Inserção aos Novos Dilemas Profissionais*, Coimbra, MinervaCoimbra.

Mesquita, Mário (1987), *Comunicação/Indústria dos Media – Sistema Industrial Estratégico*, Lisboa, JNIC/FAST.

Oliveira, José Manuel Paquete de (1988). "Elementos para uma Sociologia dos Jornalistas Portugueses", *Revista de Comunicação e Linguagens* nº 8, 1988: 47-53.

Rebelo, José (2008), Organização e apresentação do dossier "Perfil sociológico do jornalista português", *Trajectos*, nº12: 65-144.

Sobreira, Rosa Maria (2003), *Os Jornalistas Portugueses 1933–1974. Uma Profissão em Construção*, Lisboa, Livros Horizonte/CIMJ.